



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Rodrigo Henrique Caldeira da Rocha

***A ENTRADA DOS JOVENS NO NOVO MERCADO DE TRABALHO NO UNIVERSO DA
PRECARIZAÇÃO***

Rio de Janeiro

2022

Rodrigo Henrique Caldeira da Rocha

**A ENTRADA DOS JOVENS NO NOVO MERCADO DE TRABALHO NO UNIVERSO DA
PRECARIZAÇÃO.**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial
para aprovação no Curso Técnico em
Biotecnologia.**

Orientadora: Marcia Valéria Guimarães Cardoso
Morosini

Coorientador: Filipe da Silva Santos

Rio de Janeiro

2022

Dedico esse trabalho a todos os meus amigos, em especial a Naely Garcia e Nicolle Jordana, que sempre estiveram comigo me dando coragem para continuar mesmo quando a luz no fim do túnel era apenas uma ideia vaga, um delírio dos sonhadores. Tornaram-na real, e eu me lembrarei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional.

Agradeço à minha orientadora, Marcia Valéria Guimarães Cardoso Morosini, e Coorientador Filipe da Silva Santos primeiro pela compreensão e cuidado, também pelo compartilhamento e construção das ideias.

Agradeço a minha família e amigos pelo apoio estrutural e pela motivação a continuar.

Agradeço também aos professores que estiveram comigo nessa caminhada, em especial ao Marcelo Coutinho e Marcus Pedroza.

Agradeço também a turma de 4º Biotecnologia de 2022 por me acolher neste último ano e ter também me possibilitado ter boas experiências, em especial agradeço a Mariana Passos e Vitória da Silva que me ajudaram a focar nesta monografia com todo seu apoio.

*"Assim, para não nos enganarmos em política, é preciso sermos
revolucionários e não reformistas."
- J. V. Stálin*

RESUMO

Atualmente, a precarização do trabalho se apresenta principalmente pelo processo de flexibilização do trabalho, no qual, relações trabalhistas se configuram com menos direitos e formas de vinculação ao trabalho cada vez mais desprotegidas e inseguras. Prevalece a curta duração da atividade laboral, o que impacta negativamente a vida do jovem trabalhador brasileiro, fragilizado diante do crescimento do mercado informal e refém da necessidade de trabalhar para subsistir. Este estudo buscou compreender como se caracterizam as condições de ingresso dos jovens no mercado de trabalho no contexto atual de crescimento da precarização do trabalho e da vida no Brasil, com atenção à transição escola-trabalho. Para isso utiliza-se a abordagem metodológica tanto qualitativa, quanto quantitativa e compreende: levantamento de dados, revisão bibliográfica

Palavras-chave: Precarização; Trabalho; Juventude.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 - Sobre a Precarização	10
CAPÍTULO 2 – A Precarização do Trabalho e da Vida dos Jovens Brasileiros	14
2.1 - A Questão de Transição Entre Escola e o Trabalho	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

Esse estudo buscou compreender como se caracterizam as condições de ingresso dos jovens no mercado de trabalho no contexto atual de crescimento da precarização do trabalho e da vida no Brasil, buscando identificar os mecanismos que têm ampliado a desconstrução das relações de trabalho seguras e aprofundado a insegurança, em especial para esta fração da classe trabalhadora. Importa a compreensão dos impactos da precarização tanto no âmbito das relações de trabalho, quanto subjetivo da vida do trabalhador, em particular dos jovens brasileiros, no que diz respeito à sua inserção no mercado de trabalho precário. Entre os jovens, o desemprego encontra-se duas vezes maior em relação a outras faixas etárias, chegando a ser 26,6% dos desempregados no Brasil (PNAD, 2018). São os jovens os trabalhadores mais expostos a trabalhos informais, temporários, com remuneração mais baixa e com menor acesso à proteção social, sofrendo, desde cedo, os efeitos perversos da precarização do trabalho.

Trata-se de um tema particularmente importante para mim, estudante de curso técnico em escola pública, jovem negro, integrante da classe trabalhadora, que almeja inserir-se no mercado de trabalho e prosseguir em sua formação. Importante também pela perspectiva crítica que tenho desenvolvido tanto na formação escolar, quanto no processo de militância e luta política entre os jovens secundaristas e pela transformação da sociedade brasileira, no sentido revolucionário.

O projeto desenvolveu uma abordagem qualitativa e quantitativa do tema estudado. Adotou-se a perspectiva quantitativa no que diz respeito ao levantamento de dados sobre o emprego entre os jovens no Brasil, como também de dados sobre a informalidade na juventude, pesquisando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) contínua. Foi feita busca de dados também no site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

A dimensão qualitativa abrangeu a pesquisa bibliográfica e o levantamento de notícias sobre os temas relativos a trabalho, juventude e precarização, tendo como base livros e artigos publicados, buscando identificar as formas de precarização e como ela está articulada à lacuna de perspectiva de futuro para os jovens, os limites estruturais e conjunturais colocados no seu horizonte profissional e pessoal.

O levantamento de textos científicos foi feito com o buscador Google Acadêmico e o levantamento de notícias abrangeu os principais sites da mídia hegemônica e da mídia composta por veículos mais críticos. A pesquisa se orientou pelos temas: a precarização do trabalho no Brasil;

as condições e as relações de trabalho dos jovens trabalhadores brasileiros e a transição escola-trabalho.

CAPÍTULO 1 – Sobre precarização

A precarização é entendida como um processo social, indissociável do processo de produção capitalista que, ao explorar a força de trabalho, visando a extração de mais-valia, tende a difundir a precariedade entre os trabalhadores. Desde meados dos anos 1970, esse processo apresenta-se de modo ampliado no cenário global, associado à flexibilização da produção capitalista, que tem modificado as relações e as condições de trabalho, nos mais diferentes setores e atividades.

Segundo Souza (2021, p. 2),

A precarização do trabalho situa-se no bojo das recentes transformações do capitalismo, embora não possa ser tomada como fenômeno novo. Na verdade, constitui-se como elemento estrutural do modo de produção capitalista, uma vez que coaduna elementos econômicos, sociais, políticos e jurídicos que ratificam a exploração do trabalho e equalizam a questão do desemprego estrutural, muitas vezes mistificando-o.

Recentemente, mudanças no contexto geopolítico, econômico e social produziram uma conjuntura de intensificação da precarização pela desconstrução da legislação protetiva do trabalho. Experimenta-se uma crescente perda de direitos e o aumento da insegurança no trabalho, com efeitos em outras dimensões da vida (ARAÚJO e MORAIS, 2017).

. De acordo com Mészáros (2002),

Estamos diante de um ataque à classe dos trabalhadores em todo o mundo que se revela, de um lado, no desemprego crônico em todos os campos de atividade, disfarçados como práticas trabalhistas flexíveis (eufemismo para a política de precarização da força de trabalho) e para a máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial, e, de outro, numa redução significativa do padrão de vida até mesmo dos trabalhadores em ocupações de tempo integral.

Entendemos que a precarização no contexto social brasileiro é um fenômeno com características estruturais e conjunturais, sendo determinado por particularidades do modo de produção da existência numa formação social dependente, de tradição escravista.

A dependência e a escravidão delimitaram as possibilidades e definiram as condições nas quais o trabalho se desenvolveu e as feições próprias que a relação entre o capital e o trabalho tomou em nosso país. A marca da escravidão de longa duração perpetuou-se na inserção precarizada no mercado de trabalho da maioria negra da classe trabalhadora brasileira, conforme nos ensina Lopes (2011). A informalidade e a superexploração do trabalho sempre estiveram

presentes de forma relevante (Alves, 2007), associadas ao autoritarismo, à resistência à concessão de direitos e à violência no trato com os movimentos dos trabalhadores.

Também aqui, a precarização tem se difundido principalmente por meio de importantes modificações no plano legislativo que visam à desregulamentação do trabalho. Destacam-se a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma da previdência e uma série de outras modificações no plano legislativo-normativo que desconstruem os marcos regulatórios do trabalho no Brasil (CORSEUIL e et al, 2020). Deve-se mencionar também as medidas de austeridade e desfinanciamento das políticas públicas que ampliam a mercantilização dos processos de reprodução da força de trabalho.

Nesse contexto, tem se destacado um grupo de trabalhadores denominado “precariado” que, segundo Braga (2013), corresponde ao proletariado precarizado, uma fração da classe trabalhadora sem qualificação profissional ou com pouca qualificação, que entra e sai do mercado de trabalho continuamente (alta rotatividade). Segundo o autor, nesse conjunto de trabalhadores incluem-se os jovens em busca do primeiro emprego, pessoas inseridas na informalidade e que visam acessar a formalidade no emprego, como também os trabalhadores com baixa remuneração (até um salário mínimo e meio, no Brasil), submetidos a condições de trabalho consideradas degradantes. Braga lembra ainda que se trata de uma parte da população brasileira que cresceu na década de 1990 e que, mesmo no contexto de maior formalização do trabalho nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, conviveu com o aumento das taxas de rotatividade, de flexibilização, da terceirização e do número de acidentes de trabalho, que aumentaram na última década. Em síntese, o autor afirma: “*o precariado é formado pelo setor da classe trabalhadora, pressionado pelo aumento da exploração econômica e pela ameaça da exclusão social*” (Braga, 2013, p. 1).

Standing (2011) assume como parâmetro para o pertencimento ao precariado a falta de formas de garantia associadas ao trabalho, conquistadas pela classe trabalhadora após a segunda guerra mundial e características da chamada ‘cidadania industrial’. São elas:

Garantia de mercado de trabalho - oportunidades adequadas de renda salário; no nível macro, isto é realçado por um compromisso governamental de ‘pleno emprego’.

Garantia de vínculo empregatício - Proteção contra a dispensa arbitrária, regulamentação sobre contratação e demissão, imposição de custos aos empregadores por não aderirem às regras e assim por diante.

Segurança no emprego - Capacidade e oportunidade para manter um nicho no emprego, além de barreiras para a diluição de habilidade, e oportunidades de mobilidade “ascendente” em termos de status e renda.

Segurança do trabalho - Proteção contra acidentes e doenças no trabalho através, por exemplo, de normas de segurança e saúde, limites de tempo de trabalho, horas insociáveis, trabalho noturno para as mulheres, bem como compensação de contratemplos.

Garantia de reprodução de habilidade - Oportunidade de adquirir habilidades, através de estágios, treinamento de trabalho, e assim por diante, bem como oportunidade de fazer uso dos conhecimentos.

Segurança de renda — Garantia de renda adequada e estável, protegida, por exemplo, por meio de mecanismos de salário mínimo, indexação dos salários, previdência social abrangente, tributação progressiva para reduzir a desigualdade e para complementar as baixas rendas.

Garantia de representação - Possuir uma voz coletiva no mercado de trabalho por meio, por exemplo, de sindicatos independentes, com o direito de greve. (STANDING, 2011, p. 28).

É importante observar que, apesar de aqui se considerar relevante a apresentação das garantias das quais o precariado é desprovido, não se concorda com a ideia de Standing de que o precariado constituiria uma nova classe social, diferenciada. Ao contrário, concorda-se com Braga no qual percebemos a ideia do precariado como uma fração da classe trabalhadora, mais exposta à condição de precariedade que marca a relação capital-trabalho. Para Marx, é a posição na divisão social do trabalho que define as classes, isto é, a posição em que os grupos se encontram no processo produtivo, relação essa de possuidores dos bens de produção - classe burguesa –, e de não possuidores, que dependem de ter a força de trabalho explorada em troca de remuneração para subsistir – classe proletária (Marx e Engels, 1848). É a relação de escravidão assalariada que é determinante na vida desta classe - que é mantida em situação de subserviência pela elite - e não a formalidade ou informalidade dessa escravidão assalariada, como defende Standing.

Interessa a esse estudo a identificação da participação dos jovens na composição deste conjunto de trabalhadores precarizados pelas relações e condições de trabalho degradantes. Entende-se que esse fenômeno determina (1) as relações de trabalho inseguras em que está se inserindo o trabalhador e (2) sua identidade, que é construída nas relações sociais e no trabalho (GIOVANNI ALVES, 2010). A sua identidade como trabalhador, isto é, como pertencente de uma classe detentora apenas de sua força de trabalho, é usurpada pelos crescentes ataques aos seus direitos promovidos pelo plano de mudanças na legislação do trabalho, que tem gerado cada vez mais trabalho informal e ocupações de curta duração, mascarando o desemprego que assola os trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

Uma importante diferenciação que se faz necessária quando falamos de trabalho precarizado é entre os conceitos de trabalho e emprego. Por trabalho, entende-se a atividade de transformação da natureza pela ação do homem. Segundo o Dicionário do Pensamento Social do

Século XX, “*trabalho é o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades físicas e mentais*”. (IME USP, 2019)

Quando falamos de emprego, estamos nos referindo a vínculo empregatício, isto é, contrato formal, definido como:

(...) a relação, estável, e mais ou menos duradoura, que existe entre quem organiza o trabalho e quem realiza o trabalho. É uma espécie de contrato no qual o possuidor dos meios de produção paga pelo trabalho de outros, que não são possuidores do meio de produção. (IME USP, 2019)

No presente, torna-se cada vez mais raro o emprego caracterizado como uma relação salarial estável, na qual predomina contrato de trabalho sem duração definida, em horário integral, regido pela legislação trabalhista e que dá acesso ao trabalhador empregado a um conjunto de direitos e deveres socialmente reconhecidos e legalmente instituídos.

Diante desse cenário, indagou-se:

Quem são os jovens que buscam trabalho hoje?

A que tipo de trabalho eles têm acesso?

A que tipo de relações e condições de trabalho estão submetidos?

CAPÍTULO 2 – A precarização do trabalho e da vida dos jovens brasileiros

A crescente precarização tem se aprofundado no sentido do que autores como Antunes (2018) denominam ‘*uberização*’, caracterizando a relação mais extrema em termos de precarização, ou seja, sem contrato de trabalho, sem jornada pré-estabelecida, com remuneração imprevisível, a depender da capacidade do trabalhador de estender a sua jornada de trabalho, sem direitos e sem as mínimas condições de segurança.

Este tipo de trabalho remete à mudança do paradigma da produção que perpassa também o plano político. Compreende-se que as relações de produção organizam a esfera política-social de maneira que o trabalho formal, isto é, o emprego, seja cada vez mais escasso, e em seu lugar, é estimulado o trabalho informal, precarizado. Esta situação afeta principalmente os jovens.

A maioria dos jovens brasileiros transitam no universo do trabalho submetidos à necessidade de sustentar a vida material, tendo para isto, apenas a própria força de trabalho, e são submetidos a trabalhos de pouca duração e à informalidade, perpetuando o ciclo de vulnerabilidade social, de descontinuidade de trabalho (CORSEUIL e et al, 2021 – p. 517) e de exclusão de projetos de formação profissional.

Para compreender esse fenômeno, é importante caracterizar o novo mercado de trabalho no qual se insere a população mais jovem e os impactos desse novo mercado – cada vez mais informal – na vida laboral e pessoal do jovem trabalhador ou trabalhadora que conhece menos direitos trabalhistas do que a geração anterior.

Neste cenário de precarização no qual se inserem os jovens no Brasil, cerca de 11,7 milhões de jovens entre 15 e 29 anos estão desempregados e não estudam (PNAD CONTÍNUA, 2018) ficando à mercê da sua necessidade de trabalhar para subsistir e expostos aos processos de desconstrução das leis trabalhistas, e conseqüentemente aos índices crescentes de trabalhos informais, como os ramos de Uber e outros, como também de formas de trabalho de alta rotatividade, como o telemarketing. Segundo os dados de 2019 no Brasil, cerca de apenas 36 milhões de trabalhadores e trabalhadoras tem carteira assinada, em comparação com o número de ocupados, sendo aproximadamente 94 milhões de pessoas (IBGE, 2020).

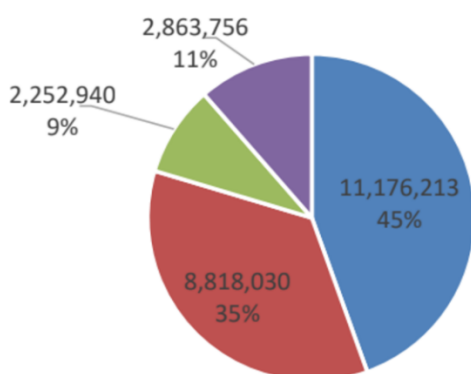
Considerando os meses entre outubro e dezembro, PNAD Contínua de 2020 revela que o gênero e a raça são variáveis que impactam no nível de desemprego. Nesse período, a taxa de desocupação, entre homens, foi de 11,9%, e, entre as mulheres, foi de 16,4%. Entre os brancos,

essa taxa foi de 11,5%; entre os pardos, foi de 15,8%; e entre os pretos, atingiu 17,2%. No mesmo trimestre de 2020, em relação à faixa etária, o desemprego afetou fortemente os jovens. Entre as pessoas de 18 a 24 anos, 29,8% não dispunham de meio algum de trabalho como fonte de renda. (MATOS, 2021).

Há milhares de jovens que não conseguem emprego e vivem numa condição identificada como ‘Nem-Nem’, isto é, nem trabalham, nem estudam. No gráfico abaixo, temos em mente o quadro dos jovens que se encontram nessa situação no Brasil:

52% dos jovens com idade entre 15 e 29 anos estão em risco de desengajamento na escola e no trabalho

- Nem-nem
- Só trabalha, informal
- Só estuda, com defasagem
- Trabalha e estuda, informal

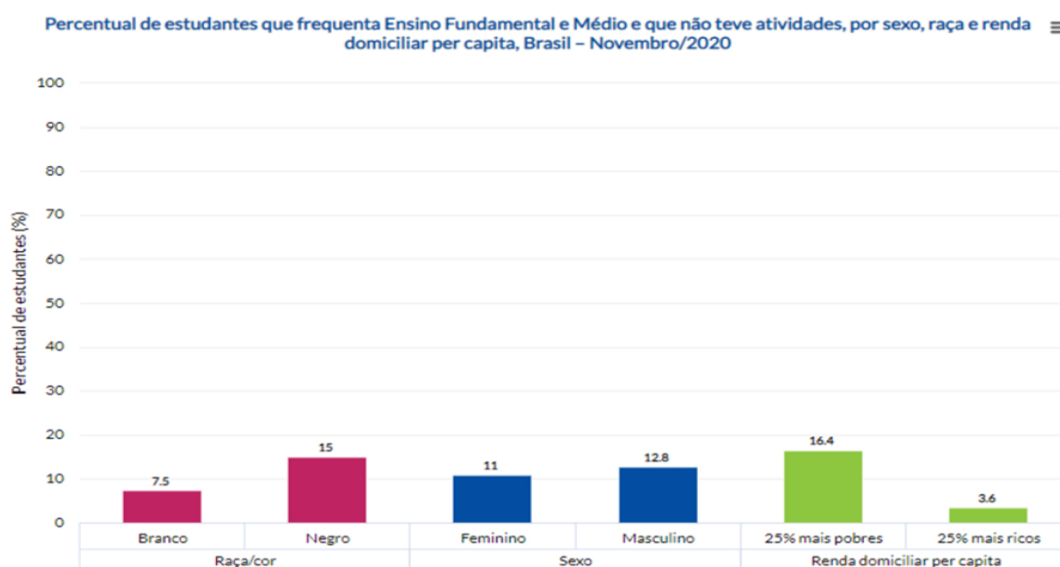


Observa-se neste quadro que quase 9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos só trabalham, enquanto apenas 9% só estuda, e com defasagem, enquanto o conjunto dos chamados ‘Nem-Nem’ aparece com cerca de 45% dos jovens entre 15 e 29 anos. Nessa composição de dados, podemos concluir que o jovem no Brasil tende ao desemprego ou ao trabalho informal, tem dificuldades de se manter estudando, segundo a escolaridade regular, com risco agravado de vulnerabilidade e marginalização.

Com o auxílio de Pochmann (2001), buscamos compreender como este quadro se desenvolveu. O autor chama a atenção para a terceirização e a flexibilização da economia que vêm impactando o mercado de trabalho brasileiro e indica a convivência do desemprego aberto em larga escala, com o processo de desassalariamento e a geração de postos de trabalho precários. Os postos

de trabalho diminuem e o desemprego cresce; encolhem as possibilidades de inserção da classe trabalhadora em empregos assalariados regulamentados e se ampliam as ‘oportunidades’ de inserção em posições mais precárias no mercado de trabalho.

A serviço da reestruturação produtiva e da flexibilização, a terceirização cumpre papel central na redução da qualidade do trabalho, posto que, em geral a terceirização do trabalho implica fornece menos direitos para o trabalhador e menores salários. É uma forma de poder contratar muito trabalho, pagando menos por ele. Terceirizando o trabalho, precariza-se o trabalhador, em especial o jovem que se insere no mercado de trabalho. Além disso, um outro dado impressiona:



Nos dados da pesquisa PNAD, realizada em novembro de 2020, observa-se que são as crianças e jovens negros e pobres os mais atingidos pela falta de atividade escolar, o que expõe a reprodução da desigualdade social, reforçada nesse contexto de pandemia. Com o apoio de Fernandes (2008), Santos e Gimenez (2015, p. 154) lembram que

A análise do processo de inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro não pode ser dissociada das características concentradoras e excludentes do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, responsável pela construção de uma das nações com os mais elevados índices de desigualdade econômica, regional e entre diversos segmentos da sociedade. Aos negros e seus descendentes - e também aos mestiços - o significado da "libertação" foi a da liberdade para escolherem algumas das formas possíveis para continuarem marginalizados e excluídos dos benefícios promovidos pela economia cafeeira e pelo lento processo de diversificação da estrutura produtiva e social.

A juventude é alvo constante de disputa no mundo e principalmente no Brasil. Tendo sua essência rebelde constantemente negada, desde a opinião até o apagamento de seus meios de organização coletiva, sofre o constante ataque a sua identidade revolucionária. Tem se difundido uma narrativa que coloca a juventude como agente passivo das mudanças sociais, estimulando a imagem criada da juventude que não tem anseios e perspectiva de futuro.

Em contrapartida a essa narrativa, a juventude se organiza coletivamente desde o movimento estudantil, passando por movimentos sociais, partidos e demais organizações que manifestam a luta e pensam a sua inserção – que é subestimada e/ou dificultada – na sociedade. Mostra, assim, que a narrativa que retira da juventude a sua identidade como agente de mudanças não é eficiente quando comparada à realidade. Não dá conta de explicar – nem se propõe a tal – as movimentações dinâmicas que essa juventude constrói, frente aos desafios colocados pela crescente precarização do trabalho e da vida.

Sendo assim, a juventude não é de forma alguma, acomodada à espera de mudanças, apesar de também ser afetada por elas, mas é um agente ativo que é constantemente alvo de ataques aos seus direitos. Ataques esses que começam a ser normalizados no ambiente escolar.

2.1 - A questão de transição entre escola e o trabalho

Mattos e chaves (2010) nos ensinam que a transição para a vida adulta é marcada pela inserção na vida produtiva que, combinada com a estabilização das relações afetivas e o término da educação básica, provoca modificações importantes nos jovens, abrangendo os papéis sociais que desempenham e as relações interpessoais que desenvolvem. Segundo os autores,

A dimensão do trabalho, juntamente à escola e à família, vem sendo apontada como um dos condicionantes da inserção no mundo adulto para uma significativa parcela da população jovem em nosso país, especialmente para aqueles que necessitam trabalhar para ajudar no sustento da família. (Mattos e chaves, 2010, p. 141)

Esses mesmos autores destacam que, entre os jovens com mais de 15 anos, independente das condições socioeconômicas, o trabalho é o tema de maior interesse e preocupação, configurando sua principal referência e ocupando um lugar central em seu imaginário. Entretanto, não há consenso sobre os efeitos do trabalho exercido na adolescência. Pode ser pensado como um risco, algo que prejudica os estudos e favorece a evasão escolar, ou uma oportunidade de

desenvolvimento, um meio de viabilizar a permanência do jovem na escola e promover o interesse pelo prosseguimento dos estudos. Entretanto, sabe-se que isto depende em grande parte das condições nas quais o trabalho na adolescência se dá.

Em referência ao contexto brasileiro, os mesmos autores lembram de estudos que destacam os perigos do trabalho intenso para os adolescentes, como este pode ser penoso, devido ao peso da rotina combinada de estudo e trabalho, sobrecarregando os jovens tanto física como emocionalmente. Por outro lado, indicam também que outros estudos apontam para benefícios no desempenho escolar que o trabalho, em especial nos últimos anos da escola, pode trazer para os adolescentes.

Conhecendo as condições nas quais se dá o trabalho no capitalismo, em particular no Brasil, fica difícil admitir que os jovens, obrigados a trabalhar para prover sua existência ou contribuir para o sustento da família, vivam algo diferente do sofrimento com a falta de tempo, a dificuldade de conciliar um bom desempenho escolar com o fardo do trabalho, restando apenas a sobrevivência, e não a vivência de sua própria vida.

Na transição para o trabalho, as possibilidades de inserção com caráter formativo, como os estágios, tendem a tornar-se formas de substituição de trabalhadores assalariados, representando precarização do trabalho. Desse modo, não oferecem condições de formação em serviço e contribuem para a reprodução da dinâmica de desigualdade.

No caso das melhores condições de formação para o trabalho, como aquela oferecida pelas escolas técnicas federais, de um lado, constrói-se uma base teórica bem fundamentada e gera-se uma expectativa alta em relação ao mercado de trabalho e às condições de trabalho, nem sempre confirmadas quando se dá, de fato, a inserção nos postos de trabalho disponíveis. A realidade da inserção laboral colide com as expectativas produzidas pela formação de excelência.

Considerações Finais

Concluimos que o jovem negro é o mais afetado pela precarização do trabalho. Parte importante de um povo que é testado todo dia, nas comunidades, nos índices de violência da polícia militar, nos atos de preconceitos impunes, na obrigatoriedade de cuidar da própria família, nas comunidades são expostas à barbárie. Pensar a juventude brasileira é lidar com uma face explícita da desigualdade social que assola o Brasil, com os mecanismos de um sistema que exclui, segrega, explora e mata.

Também concluimos que a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho e a propagação do neoliberalismo são responsáveis fundamentais para entendermos o processo de precarização da vida da classe trabalhadora, em particular dos jovens. Entendemos que a precarização percorre a sociedade, seguindo as trilhas abertas pela desigualdade e contribuindo para alimentá-la e aprofundá-la.

Concluimos também que, o modelo de governo neoliberal, de redução da dimensão social do Estado, as privatizações e a terceirização prejudicam a vida dos trabalhadores brasileiros, promovem o enfraquecimento de suas bases de organização, como os sindicatos, tornando o trabalhador refém dos patrões. E, por fim, concluimos que o desemprego e precarização do trabalho são condições que constituem a realidade das relações de produção no capitalismo contemporâneo, que precisa ser superado para que novas bases de relações sociais sejam constituídas e promovam igualdade e liberdade de fato.

Nesse sentido, a juventude tem um papel fundamental a cumprir e como parte da juventude brasileira, busco contribuir, com este trabalho e com minhas reflexões e ações, para colocar em evidência as condições nas quais o jovem brasileiro se insere no mercado de trabalho. Compreender as dinâmicas que constituem a desigualdade pode não ser suficiente, mas é um passo necessário e fundamental para nos fortalecermos na direção de sua superação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios da sociologia do trabalho**. 2ª edição, Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. **Trabalho, Subjetividade e Capitalismo Manipulatório** - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. 2010. Disponível em: http://www.giovnianlves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf Acesso em: 27 nov. 2019

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de - Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador, **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2017, vol. 20, n. 1, p.1-13. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/149091/146202> Acesso em: 07 abr. 2022

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. Entrevista. Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/01/14/a-politica-do-precariado/> Acesso em: 07 abr. 2022.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. P.; POLOPONSKY, K. A Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho Num Contexto De Recessão. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, p. 501–520, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/149091/146202> Acesso em 07 abr. 2022

DA, P.; BRASILEIRA. **SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. (Acesso em: 06/04/2022)

FERNANDES. Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008 (1ª edição, 1964)

IBGE Agencia de Notícias - 2019 – Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem> Acesso em: 24 nov. 2019

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua — 2018 Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/81c9b2749a7b8e5b67f9a7361f839a3d.pdf Acesso em: 03 nov. 2019

IME USP, 2018. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~is/ddt/mac333/projetos/fim-dos-empregos/empregoEtrabalho.htm> (acessado em 20/11/2019).

LOPES, José Sergio Leite. Notas sobre a Precarização do Trabalho no Brasil. **Revista da RET**. Rede de Estudos do Trabalho, v. 5, n. 8, p. 2011. Disponível em: <
<http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET08.html>> Acesso em: 04 ago. 2015

MARX, K.; ENGELS, F. - **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed; -- São Paulo: Expressão Popular, 2008. 67 p.

MATOS, Carolina. **Desemprego bateu recorde em vinte estados brasileiros em 2020**. Matéria jornalística. 2021. Disponível em:
<https://averdade.org.br/2021/03/desemprego-bateu-recorde-em-vinte-estados-brasileiros-em-2020/> Acesso em: 07 abr 2022

MATTOS, Elsa de; CHAVES, Antônio Marcos. Trabalho e Escola: É Possível Conciliar a Perspectiva de Jovens Aprendizes Baianos? **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 30 n. 3, p. 540-555. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/PfjBbyxwKL34L3YXZkQtZgv/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 01 abr. 2022

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, Editora da UNICAMP/BOITEMPO Editorial, 2002.

SANTOS, Anselmo Luis dos; GIMENEZ, Denis Maracci. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos avançados**, v. 29, n. 85, 2015, p. 153-168. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/GbtRWPdc95dJYQVnknN5cBNq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 abr. 2022

SOUZA, Daniel de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2021, p. 1-15.

STANDING, Guy. **O Precariado: A nova classe perigosa**. 1. ed.; 1. reimp, -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2014 (Invenções Democráticas, v. IV).